

## REDES DE APOIO AO INDIVÍDUO TRANSEXUAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

HELENA RIBEIRO HAMMES<sup>1</sup>; MARIANA FONSECA LAROQUE<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [helenahammes@yahoo.com.br](mailto:helenahammes@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas– [marianalaroque@yahoo.com.br](mailto:marianalaroque@yahoo.com.br) -orientador

### 1. INTRODUÇÃO

Os sistemas de atenção à saúde são respostas sociais deliberadas às necessidades de saúde dos cidadãos e devem operar em total coerência com a situação de saúde dos usuários. As redes de apoio à saúde se designam como arranjos organizativos de ações e serviços que, integradas almejam garantir a integralidade do cuidado (RODRIGUES et al., 2014).

Entretanto, as fragilidades encontradas no Sistema Único de Saúde (SUS) estão marcadas pela falta de preparo dos profissionais em desenvolver os princípios e aplicar os conceitos de humanização. A exemplo disso, temos a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), e as pesquisas retratam que esse público, desde séculos passados sofre estigmas, discriminação e preconceitos, sendo pouco assistidos pelos serviços de saúde do país (LIONÇO, 2008).

Por essa razão, no que tange a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTT, conforme Brasil (2004 apud VIANNA, 2015) esta objetiva promover a saúde integral, buscando a redução das desigualdades na atenção à saúde desta população. Ela considera a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero, o preconceito e o estigma social que atingem esta população, como determinantes para os maus tratos ou a ausência de um cuidado humanizado.

As normas sociais criadas pela sociedade para manter as diferenças entre os sexos acabam gerando um sistema que recompensa as pessoas que estão em conformidade e punem as que estão contra as normas de comportamento. É imprescindível o reconhecimento de populações diversas para a realização de uma boa prática em saúde, os conceitos se diferenciam conforme a designação de cada sujeito. Por exemplo, o termo “gênero”, neste contexto transpõe o significado de determinação do sexo, importando, na definição de homem ou mulher, não os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (SIQUEIRA et al., 2017).

É neste momento que não só os profissionais ligados às redes de apoio servem como estruturantes na transição de gênero dessas pessoas, mas também o acesso a informação e o reconhecimento e aceitação por parte da família, conseguindo, assim, preservar o seu senso de integridade pessoal e expressar verdadeiramente a sua identidade sexual (SANTOS et al., 2015).

Ultrapassando conceitos, é sabido da fragilidade que vivem os transexuais dentro dessa esfera de preconceito e exclusão. Sendo assim, esse estudo tem por objetivo identificar as redes de apoio ao indivíduo transexual mencionadas na literatura científica, através de uma revisão integrativa da literatura. Posteriormente, a autora do trabalho utilizará as pesquisas realizadas para compor o seu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem, considerando a relevância da temática abordada.

### 2. METODOLOGIA

Estudo de Revisão Integrativa da Literatura. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SCIELO e Portal CAPES, utilizando-se como termos: transexualismo, transexuais, serviços de saúde, enfermagem, políticas



públicas, suporte familiar e redes de atenção, sendo esses cruzados entre si. Foram incluídos para análise artigos publicados na íntegra e em língua portuguesa, sem limitação de período devido escassa literatura. Utilizando-se para isso a descrição dos resultados posteriormente à organização de quadro sinóptico.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 602 estudos, sendo 184 no SCIELO e 418 no Portal CAPES, e destes, 16 foram selecionados por corresponderem ao objetivo deste trabalho. Assim foi possível destacar dois eixos temáticos para melhor compreensão.

#### *Políticas e Serviços de Saúde como Redes de Apoio ao Indivíduo Transexual*

Na realidade brasileira, usuários transexuais que chegam aos serviços de saúde encontram-se, muitas vezes, numa condição de extrema vulnerabilidade psíquica, física e social. A literatura científica é pouco ampla no que tange as redes de apoio à população LGBTT. Se espera que a saúde não apenas seja o que vai proporcionar o tratamento necessário e desejado, mas, muito provavelmente, o que permitirá a construção de uma rede de reconhecimento e inclusão social para estas pessoas (MOTTA, 2016).

É fato que a vivência da transexualidade pode acarretar problemas relacionados à vida psíquica, em geral marcada pelo trauma do não-reconhecimento, da injúria e da exclusão social, assim como por dificuldades provenientes de problemas familiares e de relacionamentos sexuais e afetivos. Isso pode se constituir num intenso sofrimento, que aparece muitas vezes sob a forma de tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústias das mais diversas formas, provocadas não apenas pelo conflito de não-pertencimento ao sexo biológico, como também pelas consequências sociais, éticas, jurídicas e culturais intrínsecas a esta condição (CARVALHO, 2011).

A proposição de políticas de saúde para grupos específicos gera polêmica por ser, a princípio, antagônica à universalidade preconizada constitucionalmente aos direitos sociais, dentre os quais o direito à saúde. O SUS, instituído pela Lei Federal Nº. 8.080/90, tem como princípios a universalidade do acesso e a integralidade da atenção. A saúde, enquanto direito de todos e dever do Estado, é, no entanto, um ideal, sendo a realidade brasileira atravessada por iniquidades que devem ser combatidas com ações que proponham reverter quadros de exclusão e da violação de direitos humanos fundamentais, na perspectiva da promoção da equidade para distintos grupos sociais (MELLO, 2011).

O SUS, por meio da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, deu um passo à frente ao assegurar o atendimento humanizado e livre de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, inclusive assegurando o uso do nome social para travestis e transexuais como estratégia de promoção de acesso ao sistema (BRASIL, 2011 apud SOUZA et al., 2017).

A construção da identidade de qualquer indivíduo passa também pela vivência que o mesmo possui com todos os contatos significativos ou não durante o processo de desenvolvimento. A rede de apoio social é um importante fator de proteção durante toda a vida e pode ser composta pela família, colegas de trabalho/escola/universidade, pares e comunidade, proporcionando o apoio necessário para gerenciar situações consideradas adversas e proporcionar ambientes adequados ao desenvolvimento (SILVA, 2011).

A disponibilidade de serviços públicos e sociais de qualidade seria um importante fator de proteção ao grupo de transexuais a ser destacado; neste sentido, o apoio social pode ser uma saída para o compartilhamento de informações, a diminuição ou abafamento dos efeitos do estresse, o auxílio em

momentos de crise, enfermidades, como também nas diversas situações que requerem ajustamento social (BUVINICH, 2014).

Os profissionais de saúde, como representantes das redes de apoio, devem ser capazes de identificar nestes indivíduos necessidades específicas. O enfermeiro é colocado pela literatura como o profissional mais capaz de trabalhar com a conscientização e as ramificações do cuidado destes pacientes e de suas famílias no processo transexualizador. E ainda precisa ter alguns conhecimentos específicos quando estão envolvidos no processo de tratamento cirúrgico das pessoas trans. Deve usar abordagens no processo de cuidados que refletem a consciência e a sensibilidade, criando mecanismos para evitar desconforto e situações de constrangimento e desconfiança, quanto ao nome social e a veracidade das informações que os indivíduos fornecem (OLIVEIRA, 2014).

#### *A Família como Rede de Apoio ao Indivíduo Transexual*

A família pode ser entendida como sistema complexo de relações que permite aos seus membros o compartilhamento de um mesmo contexto social de pertencimento; é a família que permite aos seus integrantes o reconhecimento das diferenças, o aprendizado de unir-se e separar-se, a construção da identidade, bem como das primeiras trocas afetivo-emocionais (TEIXEIRA, 2012).

É nela que são formados os primeiros vínculos nos quais o indivíduo aprende a relacionar-se com o mundo e desenvolver laços de afeto, sendo o apoio familiar caracterizado por uma comunicação efetiva. Uma das maiores fontes de apoio social dos transexuais se configuram como proveniente das famílias (OLIVEIRA, 2013).

No entanto, para Pereira et al. (2013), as primeiras experiências de exclusão ocorrem na família, a partir do momento em a pessoa começa a manifestar a “diferença”, incrementada pelo desejo de mudar de sexo. Em um primeiro momento, choque e negação para a descoberta; raiva e culpa, quando as mães e os pais procuram encontrar razões para a escolha dos filhos. Por vezes, colocam a culpa em si mesmos, relacionando a orientação sexual com um mau desempenho parental; e, finalmente, o reconhecimento, no caso de algumas famílias, que passam a aceitar a orientação sexual dos seus descendentes.

Não encontrando espaço no contexto familiar para expressarem sua identidade de gênero, entram em contato com novas perspectivas de vida e surgem outros sofrimentos, marcados por agressões físicas e psicológicas em um contexto conturbado de estigmatização. O processo de esteriotipação e exclusão se desenvolve como ondas, propagando-se da família para a comunidade, desta para escola, para os serviços de saúde e demais espaços e contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir (SAMPAIO, 2017).

A assistência a esta população na infância e na adolescência concomitantemente com um suporte à rede familiar, pode prevenir futuras situações de vulnerabilidade e risco, como a prostituição enquanto meio de trabalho e subsistência. Nas situações de vulnerabilidade já instaladas, deve-se contribuir com a reconstrução das redes de apoio social, promovendo a desconstrução dos estigmas sociais em relação as populações transgênero, além de auxiliar na elaboração conjunta de projetos de vida, onde a emancipação, o protagonismo e os direitos sociais possam ser restabelecidos (FRANCO, 2011).

## **4. CONCLUSÕES**

Abordagens adequadas da população transexual devem, inicialmente, ser construídas pelas normas e regulamentos das profissões de saúde, buscando o respeito para com estes usuários do serviço de saúde, indicando que devem ser compreensivos e livres de discriminação. Também requer o mesmo cuidado



sensível, imparcial e humanizado que deve ser fornecido a qualquer paciente, com conhecimento da legislação e políticas que amparam os transexuais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 36-62, ago. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872011000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000300003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 set. 2017.
- FRANCO, Neil. Pessoas (transexuais): dimensões sociais de vidas (in)determinadas pela ciência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 631-633, ago. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000200028&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200028&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 01 out. 2017.
- LIONCO, Tatiana. What do health rights mean for the GLBT population? Considering human, sexual and reproductive rights in the search for equity and integrality in the health system. **Saude soc.**, v. 17, n. 2, p. 11-21, June 2008. Disponível em <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 01 Oct. 2017.
- MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, dez. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 out. 2017.
- MOTTA, Jose Inacio Jardim. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, p. 73-86, dez. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000500073&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500073&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 out. 2017.
- OLIVEIRA, Marcos de Jesus. Confissões da carne: uma experiência clínica de atendimento psicoterapêutico a transexuais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 186, abr. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 ago. 2017.
- OLIVEIRA, Marcos de Jesus. Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 839-862, dez. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 set. 2017.
- PEREIRA, Cicero Roberto et al. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 79-89, Mar. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722013000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722013000100010&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 03 Oct. 2017.
- RODRIGUES, Ludmila Barbosa Bandeira et al. A atenção primária à saúde na coordenação das redes de atenção: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 343-352, fev. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000200343&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200343&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 out. 2017.
- ROJAS BUVINICH, Danitza Passamai. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 55-82, Feb. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100003&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 08 Oct. 2017.
- SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 42, p. 637-649, Sept. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832012000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000300005&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 01 Oct. 2017.
- SANTOS, Adilson Ribeiro dos et al. Implicaciones bioéticas en la atención de la salud al público LGBTT. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 400-408, Aug. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-80422015000200400&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000200400&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 01 Oct. 2017.
- SILVA, Silvio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 2753-2762, jun. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000600014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000600014&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 out. 2017.
- SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 519-544, Aug. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200519&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200519&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 02 Oct. 2017.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonussuco. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, jun. 2016. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200011/22855>>. Acesso em: 08 ago. 2017.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios Educação e Pesquisa [en línea] 2015, 41 (Julio-Septiembre) : [Fecha de consulta: 1 de octubre de 2017] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29841640014>> ISSN 1517-970.